



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

Gestão 2025 – 2028

Trabalhando por todos e para todos!

DECRETO N.º 2.687, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

“Regulamenta, no âmbito do Município de Pedro de Toledo/SP, a Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, restabelecendo o cômputo do tempo de serviço suspenso pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.”

PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA, Prefeito Municipal de Pedro de Toledo, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO os efeitos jurídicos produzidos pela Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO a revogação expressa do inciso IX do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173/2020, dispositivo que havia suspenso a contagem de tempo de serviço para fins de concessão de benefícios funcionais durante o período de calamidade pública compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de restabelecer a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos municipais, garantindo a efetivação dos direitos funcionais suspensos no período mencionado;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da segurança jurídica e da valorização do servidor público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica restabelecida e autorizada a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos municipais de Pedro de Toledo/SP, referente ao período compreendido entre o dia 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, para todos os fins legais, especialmente para concessão de adicionais por tempo de serviço, tais como: quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio, progressão horizontal e demais vantagens funcionais equivalentes previstas na legislação municipal.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal, por meio da Coordenadoria de Pessoal e do Departamento Municipal de Finanças, procederá à respectiva revisão administrativa dos prontuários dos servidores, com a finalidade de identificar os períodos aquisitivos completados e não concedidos em razão da vedação anteriormente imposta pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Parágrafo único - Concluída a revisão disposta no caput deste artigo, o relatório deverá ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito, para análise do impacto orçamentário e financeiro, bem como da observância do limite de despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

Gestão 2025 – 2028

Trabalhando por todos e para todos!

DECRETO N.º 2.687, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

(Fls 02)

Art. 3º - A aplicação do disposto neste Decreto observará a legislação municipal vigente, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo, 27 de janeiro de 2026.



PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.